

## EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

**CONSENTIMENTO UNILATERAL:** como as relações desiguais de poder em relações estáveis heterossexuais podem afetar no não uso de preservativo.

**UNILATERAL CONSENT:** how unequal power relations in stable heterosexual relationships can affect condom non-use

**Marília Samália Martins Ferreira<sup>1</sup>**

**Wlisses Figueiredo Matos<sup>2</sup>**

**Adriana Dias Silva<sup>3</sup>**

**Isabelle Dourado Feitosa<sup>4</sup>**

### RESUMO

Este estudo aborda a dinâmica desigual das relações heterossexuais em relação ao não uso do preservativo masculino, destacando a influência dos papéis de gênero e do patriarcado nessas relações. Nas relações estáveis, as mulheres muitas vezes assumem o papel de cuidadoras, o que pode impactar sua capacidade de expressar desejos e necessidades, em especial no que diz respeito à prevenção de doenças e à contracepção. A pesquisa explora como a assimetria de poder entre homens e mulheres nessas relações pode resultar na falta de uso de métodos contraceptivos e as implicações para a saúde sexual e reprodutiva feminina. Este estudo é um primeiro passo para futuras pesquisas que visam fortalecer políticas de saúde sexual, especialmente para as mulheres

**Palavras-chave:** Relações de gênero; Preservativo; Consentimento; Saúde.

### ABSTRACT

This study looks at the unequal dynamics of heterosexual relationships in relation to non-use of male condoms, highlighting the influence of

<sup>1</sup> Assistente Social, Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais. Mestranda em Políticas Públicas no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Email: marilia.samalia@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação Em Cultura e Sociedade da Universidade federal do Maranhão. Cientista Social e Bacharel em Direito. Professor Especialista em AEE da rede Municipal de São Luís Maranhão. E-mail: wlissesfmatos@gmail.com

<sup>3</sup> Historiadora e Cientista Social. Mestranda em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão. Professora de História da rede estadual de ensino do MA. E-mail: adriana.ds@discente.ufma.br

<sup>4</sup> Cientista Social. Mestranda em Políticas Públicas no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Email: isabelle.dourado@discente.ufma.br

gender roles and patriarchy on these relationships. In stable relationships, women often take on the role of caregiver, which can impact their ability to express desires and needs, especially with regard to disease prevention and contraception. The research explores how the asymmetry of power between men and women in these relationships can result in a lack of use of contraceptive methods and the implications for women's sexual and reproductive health. This study is a first step towards future research aimed at strengthening sexual health policies, especially for women.

**Keywords:** Gender relations; Condom; Consent; Health.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a respeito da dinâmica estabelecida em relações heterossexuais em relação ao não uso do preservativo masculino. Assim pudemos notar que as relações de poder, pautadas no patriarcado, tendem a se impor com mais força no âmbito das relações estáveis, especialmente em casais heterossexuais. Ao longo da história, os papéis de gênero têm moldado as interações sociais, especialmente nas relações estáveis. Historicamente, as mulheres foram designadas para assumir o papel de cuidadoras, tanto emocionais quanto práticas, dentro das relações. Assim o primeiro item deste artigo, explora como esses papéis pré-determinados podem influenciar as dinâmicas de poder e a capacidade das mulheres de expressar suas necessidades e desejos, especialmente no que diz respeito à contracepção e ao uso de preservativos.

No item seguinte, adentramos o complexo tecido das relações de poder entre homens e mulheres em relações estáveis e como isso se reflete no uso, ou não, de preservativos. Exploramos como a assimetria de poder pode impactar a capacidade das mulheres de exercer consentimento unilateral em relação à contracepção, e como isso pode levar a decisões compartilhadas ou, muitas vezes, à falta de uso de métodos contraceptivos. Este item também examina os fatores sociais, culturais e individuais que moldam essas dinâmicas e as implicações para a saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

É importante ressaltar que o presente artigo é fruto dos primeiros passos de uma pesquisa que se propõe a debruçar-se sobre o tema de maneira mais profunda e assim criar as bases para a elaboração de um trabalho que visa fortalecer a política de saúde sexual, principalmente no que diz respeito à saúde sexual das mulheres.

## 2 OS PAPEIS FEMININOS NA SOCIEDADE

Segundo Sant'Ana (2003), gênero pode ser definido como um conjunto de padrões comportamentais que são considerados próprios a cada sexo, em uma determinada cultura e momento histórico. O grupo social é que atua de forma acentuada, desde o nascimento, fazendo com que meninas e meninos assimilem os padrões comportamentais próprios a cada um, respectivamente. Com o passar do tempo essa pressão social vai se tornando cada vez mais sutil, mas sempre mantida pelos agentes socializadores, como por exemplo, familiares, amigos, livros, anúncios, escola e igreja.

Por um longo período, homens e mulheres eram tidos como seres opostos dentro de um mesmo universo biológico. Seguindo esse pensamento, determinado indivíduo poderia ser capaz de situar-se dentro dos atributos de um gênero, mas nunca dos dois, pois, assim os atributos eram restritos ao sexo biológico. No modelo de unidade sexual, só havia um sexo, o masculino. Sexo tinha como referência os órgãos reprodutores do homem. A mulher era vista como o representante inferior do sexo por não possuir calor vital suficiente para atingir a referência da perfeição anatômica do homem. Com base nessa crença, tem-se a descrição da mulher como um homem invertido, que possuía todos os órgãos para dentro (Costa, 1995; Laqueur, 1996).

Sobre a diferença entre homens e mulheres, Badinter (1993) coloca que:

As mulheres sendo dotadas de ovários e úteros foram consagradas com a função maternal, ficando em consequência disso, restritas ao ambiente doméstico, aos cuidados e educação dos filhos, sendo considerada a figura da moral e dos bons costumes. A produção e a política, a vida pública foi desta forma, destinados aos homens.

O conceito de gênero começou a ganhar uma perspectiva mais sociocultural na segunda metade do século XX. O movimento feminista teve um grande impacto nas transformações das ideias sobre as relações de gênero, e só então se pode entender que tais relações eram resultantes de construções históricas. Em razão disso, as desigualdades, normalmente aceitas, se tornaram socialmente injustas, como a exclusão de mulheres da educação e do trabalho. Existem diversas teorias que dizem respeito às questões de gênero. Algumas que naturalizam os fenômenos de socialização, outras em que os teóricos reconhecem a importância das diferenças anatômicas na construção de diferenças que se estendem ao plano social.

Deaux e La France (1998) destacam a importância de se contextualizar os estudos de gênero por um modelo que considere as flutuações dinâmicas da categoria gênero em si, mas também o sistema social mais amplo no qual se apresentam as características masculinas e femininas. Desta forma, as ações de mulheres e homens são conceituadas em termos dinâmicos e interdependentes.

Pode-se entender, que gênero é um conceito psicossocial que reflete a apropriação, a compreensão e o uso que a cultura faz das diferenças sexuais biológicas. Assim, pode-se pensar que gênero é uma interpretação do significado da diferença sexual, a partir das distinções caracterizadas pelos corpos, e é nesse ponto que os seres humanos são designados homens ou mulheres e se posicionam no mundo.

Saffioti (1992) afirma que não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com o outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do indivíduo, que entram em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia”.

Dessa forma, as relações de gênero são criadas e desenvolvidas através de um intenso processo pedagógico que tem início no nascimento e percorre toda a vida, que tem como objetivo mais importante, reforçar as desigualdades que já existem entre homens e mulheres, principalmente nos quatro eixos fundamentais desta discussão: a sexualidade, a reprodução, a divisão sexual do trabalho e o ambiente público/privado.

Thompson e Walker (1989) afirmam que dentro das famílias, as questões de gênero incluem crenças, ideologias, limitações, oportunidades, significados, experiência, diversidade, mudança, interações e relacionamentos. E são essas as bases que sustentam as visões tradicionais e conservadoras que a maioria das famílias ainda carregam, do modelo nuclear patriarcal.

Sobre o papel da família, Belotti em seu livro, *Educar para a submissão*, coloca que:

A família é a instituição que mais interfere na educação de homens e mulheres, isso porque é a família que começa a orientação das crianças que no futuro farão parte da sociedade por si mesmas. Por isso, a família é a responsável pela conduta que seus descendentes terão mais à frente. Quando nasce uma criança, a família é que garante que cada indivíduo tenha claro o seu papel dentro do sistema já existente. (Belotti, 1985).

A autora segue dizendo que em um sentido lúdico as crianças são como telas em branco, que vão sendo desenhadas cotidianamente, através de imitação e mensagens que

bombardeiam diariamente este ser, que está no auge de seu desenvolvimento e aprendizado (Belotti, 1985). A criança como ser social, nasce preparada para ser socializada pelos adultos, para que adquira os padrões, valores e normas do grupo social no qual está inserida. Sendo assim, pode-se dizer que a construção da identidade do ser humano acontece no contexto social, no processo de olhar para o outro e estabelecer comparações, formando uma subjetividade que contempla a forma como se é visto (Velho, 1978).

Com base nessas informações, vale aqui ressaltar, que as relações de gênero apenas expõem o que já está posto internamente, dentro de homens e mulheres. A construção do gênero é concretizada através da dinâmica das relações sociais, pode-se concluir que os seres humanos só se constroem como tal em relação com outros seres humanos. O papel do homem e da mulher é construído culturalmente e se transforma de acordo com a sociedade e com o tempo. Essa construção começa desde a descoberta da gravidez, pois é o primeiro momento, onde a família começa a preparar o enxoval de acordo com o sexo. Então escolhe-se cor de rosa para as meninas e azul para os meninos.

Quanto à decoração do quarto da criança, os pais dedicam-se a torná-lo o mais apropriado, fazendo com que seja adequado ao sexo ao qual a criança pertence. Percebe-se nesse ponto que, para a sociedade é preciso fazer intervenções muito cedo para que a criança tenha o comportamento que se espera. A partir do nascimento, a coisa primordial a fazer é identificar o bebê, menino ou menina, é a partir desse momento que a criança começará a receber mensagens sobre a performance de gênero adequada que deverá desempenhar no transcorrer do convívio social. Trata-se da Sexualidade, corpo e gênero sendo construídos e influenciando do cotidiano das pessoas. Louro (2008, p. 2), complementa que:

A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infindavelmente. Quem tem a primazia nesse processo? Que instâncias e espaços sociais têm o poder de decidir e inscrever em nossos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas? Qualquer resposta cabal e definitiva a tais questões será ingênua e inadequada. A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais.

Todo esse condicionamento fica em evidência quando o assunto é a perspectiva educacional das crianças. Os meninos são criados isentos de quase todas as responsabilidades, enquanto às meninas são sobrecarregadas com responsabilidades desde muito cedo. Os

garotos nasceram para conquistar o mundo, serem donos de si mesmos e de seus destinos, já as meninas são destinadas ao confinamento doméstico, constituídas na figura da dona de casa.

Assim, a bravura e a coragem são caracterizadas como atributos masculinos, , contrapondo, desta forma, o afeto e a sensibilidade como pontos inferiores na construção deste ideal. Ao nascer, ele é retratado pela virilidade, encorajado a ser forte, não chorar, não levar desaforo para a casa, não ser “maricas”. Os homens precisam ser super-homens, não lhes é permitido ser apenas humanos (Dias, 2000).

A criação de crianças é categoricamente diferente, seguindo o modelo patriarcal, onde cada indivíduo tem seu papel estabelecido pela sociedade. Os condicionamentos aos quais as meninas são submetidas impõem que o homem é agente de maior importância, portanto ele deve receber o melhor, ficando à frente de toda e qualquer mulher, mesmo que seja sua própria mãe. Esse pensamento é difundido, e se mantém vivo em muitas famílias brasileiras de cunho tradicional.

Em contrapartida da liberdade dada aos meninos, as meninas de muitas famílias são acostumadas desde muito cedo a se sacrificarem, pois ainda seguem sendo preparadas para serem esposas perfeitas, submissas, que farão de tudo para manter um bom casamento, principalmente em contextos com bases religiosas. O casamento representaria assim, uma relocação de poderes, onde a autoridade do pai é transferida ao marido que deve cuidar da sua esposa e garantir que esta não fuja dos padrões aceitáveis pela sociedade.

Entretanto quando as mulheres percebem que o contexto social e histórico as moldam, a perspectiva sobre si mesmas tende a mudar. Sobre esta distinção Oliveira coloca que:

No feminino, assim como no masculino, o corpo é experiência histórica. Quando as mulheres se voltam para o passado e se reconhecem na cultura feminina, não é ao feminino como essência que se referem, mas ao feminino como experiência (Oliveira, 1991).

Com base nesse pensamento da autora, pode-se entender que as mulheres são fruto da consciência histórica a que são submetidas. É através da história de mulheres que as precederam que se pode construir uma consciência do que se quer ser e não do que se deve ser, ou seja, do que é esperado pela sociedade. Essa experiência passada encontra hoje novas vivências e exigências, e é nesse processo de mudança que o feminino vai ganhando nova forma. “A emergência do feminino é, ao mesmo tempo, um sintoma difuso de nossa época e o desejo consciente de mulheres, algumas mulheres, que nele depositam seu contributo à civilização” (Oliveira, 1991).

É a partir desse ideal que é estabelecido o maior e mais importante mecanismo de coerção, controle e poder, o controle da reprodução, que não se pode separar da mulher, e é o que determina seu papel na sociedade. A partir do momento em que as mulheres tomam para si a ideia de que são capazes de construir suas próprias ideias, é que elas podem se considerar como iguais. A igualdade é a luz das novas etapas das quais a sociedade deve percorrer. Ela deve ser buscada e exigida como prioridade. Uma vez que as relações desiguais fizeram por anos, homens e mulheres, ficarem cada vez mais distantes um do outro. Como coloca Saffioti:

O respeito ao outro constitui o ponto nuclear desta nova concepção da vida em sociedade. Como afirma Saramago, enquanto a religião exige que os seres humanos se amem uns aos outros, o que depende de convivência, uma vez que nem mesmo o amor materno é instintivo, a compreensão dos direitos humanos impõe que cada um respeite os demais. Amar o outro não constitui uma obrigação, mesmo porque o amor não nasce da imposição. Respeitar o outro, sim, constitui um dever do cidadão, seja este outro, mulher, negro, pobre (2004, p. 78).

Portanto, percebe-se neste discurso que somente com empatia, colocar-se no lugar do outro, é possível se chegar a um completo entendimento entre homens e mulheres. Na busca por uma sociedade livre das amarras desse sistema, que tem como base a desigualdade, e a violência como arma.

### **3 RELAÇÕES DE PODER E O NÃO USO DE CONTRACEPTIVOS**

As mulheres desde muito cedo, são condicionadas a conterem seus pensamentos e atos, sendo assim a privação do desejo feminino tem sido utilizada como mecanismo de controle social de seus corpos. Nesse contexto, Zican aponta que “Até o final do século XIX as mulheres saudáveis eram as que não tinham desejos sexuais, esperava-se da mulher o não prazer” (2005, p. 8). O controle das mulheres é essencial para garantir que os ciclos da sociedade continuem, e garantir que esse sistema se reproduza nas próximas gerações.

Ao longo da história, a vida sexual das mulheres foi influenciada por uma série de padrões morais, éticos e comportamentais que as ensinavam a viver em família, a cuidar do lar e dos filhos.

A mulher, pela sua condição desigual em relação ao homem, por muitos anos viveu sob a sua tutela, em primeira instância do pai e em segunda do marido, com sua sexualidade normatizada pelos padrões Cristãos, legitimada pela instituição do casamento e pelo cumprimento da função reprodutora (TRINDADE; FERREIRA, 2008, p. 418).

Segundo Del Priore (2004) a Igreja é a instituição de maior renome neste controle do corpo feminino. “Finalmente, com prazer ou sem prazer, com paixão ou sem paixão, a menina tornava-se mãe, e mãe honrada, criada na casa dos pais, casada na igreja. Na visão da sociedade misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher” (Del Priore, 2004, p. 43).

Nas primeiras atividades de natureza sexual do menino existe o preconceito de que este é dotado naturalmente de instintos sexuais muito mais poderosos que os das meninas, por conseguinte as atividades eróticas dele devem ser toleradas, quando não até estimuladas, ao passo que a menina, caso manifeste esses instintos, está de certa forma desviando-se da regra comportamental e deve ser controlada. Seguindo esse pensamento é normal se tornar mulher sem ter vivido a própria sexualidade, em contrapartida não é possível tornar-se homem a não ser vivendo-a plenamente, é o que atestam os estereótipos (Belotti, 1985).

Tais pensamentos e normas sociais que são impostas a homens e mulheres desde a infância, são violências que criam abismos entre esses dois gêneros. Segundo Segato (2003), as relações de gênero que tem como base o patriarcado, são base para a violência em geral. Isso acontece, pois, a fundamentação das relações violentas são as de gênero, porque nestas relações patriarcais está o modelo das relações hierárquicas que são construídas dentro e fora do ambiente familiar.

É nesse cenário que as relações entre homens e mulheres ainda continuam sendo estabelecidas, e assim quando casais heterossexuais são constituídos existem uma série de questões desiguais que irão pautar esse relacionamento. A questão central de nossa discussão a partir desse momento será a descontinuidade no uso de preservativo quando um relacionamento monogâmico entre um homem e uma mulher ganha status de relação estável. Como sugere Felisbino-Mendes et al (2019):

Apesar de o preservativo masculino ser o terceiro método contraceptivo mais utilizado pelas mulheres brasileiras, ele apresenta alta taxa de descontinuidade e é substituído principalmente por contraceptivos hormonais, o que sugere que o estabelecimento de parcerias estáveis implica a adoção de outros contraceptivos e o abandono do preservativo.

Quando se trata do não uso de preservativos em relacionamentos estáveis, essa dinâmica pode se manifestar de maneiras sutis, porém impactantes. Em muitos casos, a decisão sobre o uso de preservativos é influenciada por questões de poder dentro do relacionamento.

Em relações desiguais, onde uma parte exerce maior controle ou poder sobre a outra, a negociação em torno do uso de preservativos pode refletir essa assimetria. Por exemplo, em relacionamentos onde há disparidades de gênero, socioeconômicas ou de idade, a parte que detém mais poder pode impor suas preferências, incluindo a decisão de não usar preservativos, muitas vezes sem o consentimento pleno da outra parte (Felisbino-Mendes et al, 2019).

É importante destacar que a camisinha masculina é um método que é controlado pelos homens, e essa fato pode esclarecer a respeito da dificuldade que as mulheres têm dificuldade para garantir seu uso e a dificuldade para que possam negociar esse uso. Como colocam Gomes et al (2011):

Cabe enfatizar que a camisinha masculina é um método controlado pelos homens o que pode justificar a dificuldade das mulheres para negociarem seu uso. Nesse sentido, a falta de autonomia feminina, advinda dos padrões culturais patriarcais, acrescida do controle da sexualidade e da desigualdade de gênero, são apenas alguns dos obstáculos (Gomes et al, 2011).

O não uso de preservativos em relacionamentos estáveis também pode estar ligado a questões de confiança e compromisso. Algumas pessoas podem interpretar o não uso de preservativos como um sinal de comprometimento e intimidade dentro do relacionamento, optando por confiar no parceiro em vez de depender de métodos contraceptivos. No entanto, essa confiança nem sempre é justificada, e o não uso de preservativos pode expor ambas as partes a riscos desnecessários de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada.

A iniciativa de negociação pode expor o público feminino a riscos mais imediatos que a relação sem preservativo, entre os quais destacam: a possibilidade de acusação de infidelidade; o risco de indiretamente estarem autorizando a infidelidade por parte do parceiro ou ainda de sofrerem agressão física. O uso regular da camisinha masculina envolve uma série de valores impostos socialmente, como a reciprocidade de sentimentos e a lealdade, culturalmente implícita nos relacionamentos conjugais estáveis. Algumas mulheres não negociam por serem casadas, amarem seus companheiros e acreditarem na sua fidelidade. Outras, mesmo reconhecendo a infidelidade, não conseguem abordar o assunto temendo serem mal interpretadas ou acusadas de adultério. Seja qual for o motivo, um fato concreto é que as iniciativas governamentais, desenvolvidas pela Coordenação Nacional de DST/AIDS para conter a propagação da epidemia junto às mulheres, vêm apresentando resultados tímidos e insatisfatórios (Gomes et al, 2011).

Nos últimos anos, tem sido observado um preocupante aumento nas taxas de HIV entre mulheres casadas. Uma das principais razões para esse aumento é a falta de poder de negociação das mulheres em relação à prevenção do HIV dentro de seus relacionamentos.

Muitas mulheres casadas enfrentam dificuldades para insistir no uso de preservativos ou para buscar testagem e tratamento, especialmente em contextos em que o acesso a informações e serviços de saúde sexual é limitado. Além disso, a infidelidade do parceiro também desempenha um papel significativo. Mulheres casadas podem estar em risco de contrair HIV devido a comportamentos sexuais de alto risco de seus parceiros, sem o seu conhecimento ou consentimento. Essa falta de transparência e confiança dentro do casamento pode perpetuar a disseminação do vírus.

Assim, as relações heterossexuais vêm constituindo a principal via de transmissão do HIV, pois cada vez mais as mulheres adquirem o vírus através do contato sexual com seus maridos ou companheiros. Em consequência, a negociação do sexo seguro, até então vinculada quase que exclusivamente à prostituição, passou a ter um reconhecimento público e político como algo positivo, "a epidemia ultrapassou o tênue limite entre a imoralidade da rua e a segurança da casa, imiscuindo-se na sacralidade das relações conjugais". Estudo realizado junto a agentes comunitários de saúde na capital do Rio Grande do Sul evidencia que a abordagem do sexo seguro "assume contornos bem mais amplos do que os apresentados nos discursos oficiais de prevenção ao HIV/Aids"(Gomes et al, 2011).

Esse fenômeno desafia a percepção tradicional do HIV como uma doença predominantemente associada a comportamentos de risco em determinados grupos demográficos. Em vez disso, reflete uma complexa interseção de fatores sociais, culturais e relacionais.

Inicialmente, acreditava-se que a AIDS seguiria um padrão de transmissão restrito aos "homossexuais masculinos, aos usuários de drogas injetáveis e às pessoas que recebiam transfusões de sangue, como os hemofílicos". No entanto, ao longo da história, o perfil epidemiológico foi alterando-se, e, mesmo antes de completar uma década, a feminização da doença tornou-se uma realidade, constatada pela diminuição da proporção entre os casos notificados em homens e em mulheres (Gomes et al, 2011).

O aumento das taxas de HIV entre mulheres casadas lança luz sobre as relações de poder desiguais que frequentemente permeiam os relacionamentos estáveis. Esse fenômeno complexo revela como as dinâmicas de poder podem influenciar significativamente a saúde e o bem-estar das mulheres dentro do contexto conjugal. O estigma e a discriminação em torno do HIV também desempenham um papel importante, reforçando as relações de poder desiguais dentro dos relacionamentos estáveis. As mulheres casadas podem temer a rejeição social e a estigmatização se forem associadas ao HIV, o que pode impedi-las de buscar testagem e tratamento ou de divulgar seu status sorológico aos parceiros.

Essas dinâmicas destacam a necessidade urgente de abordar as relações de poder desiguais dentro dos relacionamentos estáveis como parte integrante dos esforços de prevenção do HIV. Isso inclui a promoção da igualdade de gênero, o empoderamento das mulheres para tomar decisões sobre sua própria saúde e a criação de espaços seguros para a comunicação aberta e o diálogo dentro dos relacionamentos.

#### 4 CONCLUSÃO

Portanto, concluímos que as relações de poder moldadas pelo patriarcado têm um impacto significativo nas dinâmicas de uso de preservativos em relações heterossexuais estáveis. Vimos que os papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres como cuidadoras podem limitar sua capacidade de expressar suas necessidades e desejos em relação à contracepção.

Além disso, a assimetria de poder entre homens e mulheres pode trazer dificuldades para o consentimento unilateral das mulheres em relação ao uso de métodos contraceptivos. Esta pesquisa é apenas um primeiro passo para uma análise mais profunda do tema, visando fortalecer políticas de saúde sexual, especialmente para as mulheres.

#### REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **XY: Sobre a identidade masculina**. Tradução de Maria Igenes Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**. Petrópolis: Vozes, 1985.

COSTA, J. F. **A face e o Verso: estudos sobre o homoerotismo II**. São Paulo: Escuta, 1995.

DEAUX, K; LA FRANCE, M. Gender. In GILBERT, D. T.; FISKE, S. T.; LINDZEY, G. (eds). **The handbook of social psychology**. Boston: The McGraw C. Inc, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Maria Berenice. **Violência e o pacto de silêncio**. 2000. Disponível em: <http://mariaberenice.com.br/pt/violencia-domestica.dept>. Acesso em 07 de maio de 2024.

FELISBINO-MENDES, Mariana Santos et al. **Sexual behaviors and condom use in the Brazilian population: analysis of the National Health Survey, 2019.** Revista Brasileira de Epidemiologia [online]. v. 24, suppl, e210018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720210018.supl.2>>. ISSN 1980-5497. <https://doi.org/10.1590/1980-549720210018.supl.2>. Acessado em 10 maio 2024.

GOMES, V. L. de O. **Percepções de casais heterossexuais acerca do uso da camisinha feminina.** Escola Anna Nery, 15(1), 22–30, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452011000100004>. Acesso em 03 de maio de 2024.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** Pro-Posições. v. 19, n. 2 (56), maio. /ago. 2008, p 17-23.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H.J.B. **Rearticulando gênero e classe social.** In COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (org). Uma questão de gênero. São Paulo: Rosa dos tempos, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. **Papéis sociais atribuídos às diferentes categorias de sexo.** In: Heleieth Saffioti. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987. P. 8-20.

SANT'ANA, V. L.P. **Identidade sexual e identidade de Gênero.** In BRANDÃO, F.M.Z. da S.; CONTE, F.C. de S.; BRANDÃO, F.S.; INGBERMAN, C.B. de Moura; SILVA, V.M. da; ORLEANE, S.M. (org.). Sobre comportamento e cognição: clínica, pesquisa e aplicação. Santo André, SP: Eselec Editores Associados, 2003.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos.** Bernal, Argentina: UNQ, 2003.

THOMPSON, L.; WALKER, A.J. **Gender in families: woman and men in marriage, work and parenthood.** Journal of marriage and the family, 1989.

TRINDADE, Wânia Ribeiro; FERREIRA, Márcia de Assunção. **Sexualidade feminina: questões do cotidiano das mulheres.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008. Jul-Set; 17(3): 417-26.

ZIKAN, Idalina da Silva. **O Prazer Sexual Feminino na História Ocidental da Sexualidade Humana.** Universidade Cândido Mendes (Monografia), 2005, 95 f. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/3/IDALINA%20DA%20SILVA%20ZIKAN.pdf>> Acesso em: 12 mai.2024.